

Serra: crescimento ainda é forte demais

LÉA CRISTINA

O Governo não quer e não vai permitir uma recessão no país. Mas o atual ritmo de crescimento da economia não é o mais adequado. Foi essa a mensagem transmitida ontem de manhã, no Rio, pelo ministro do Planejamento, José Serra, que participou da cerimônia de encerramento do 62º Encontro Nacional da Indústria da Construção. Admitindo que ainda há aceleração excessiva da demanda e dizendo que no momento o Governo observa os efeitos das últimas medidas tomadas, Serra afirmou que a estabilidade é a melhor garantia de que a economia crescerá sem enfrentar surpresas desagradáveis, como novos choques:

— O país não precisa crescer a 180 quilômetros por hora. A boa velocidade, no caso do avião, é a do cruzeiro. No caso do carro, é de 80 ou 90 km por hora. Desta forma não se corre o risco de trombar com a curva da inflação ou do balanço de pagamentos.

Balanço de pagamentos e déficit público, disse Serra, são as principais dificuldades da economia hoje. Quanto ao déficit, lembrou, o problema não está em seu volume (ele é baixo, em comparação com o de outros países), mas sim no financiamento — de curtíssimo prazo e com juros altíssimos. No que se refere ao balanço, o ministro disse que houve “uma abertura saudável da economia”, mas que, com a crise do México, o panorama tinha mesmo que mudar:

— Nossa preocupação com a estabilidade está acompanhada muito de perto pela preocupação com o balanço de pagamentos e com as reservas, que continuam elevadíssimas e têm que ser preservadas, como um cacife.

Serra disse ainda que muitas



“O país não precisa crescer a 180 km por hora. A boa velocidade é a de cruzeiro”

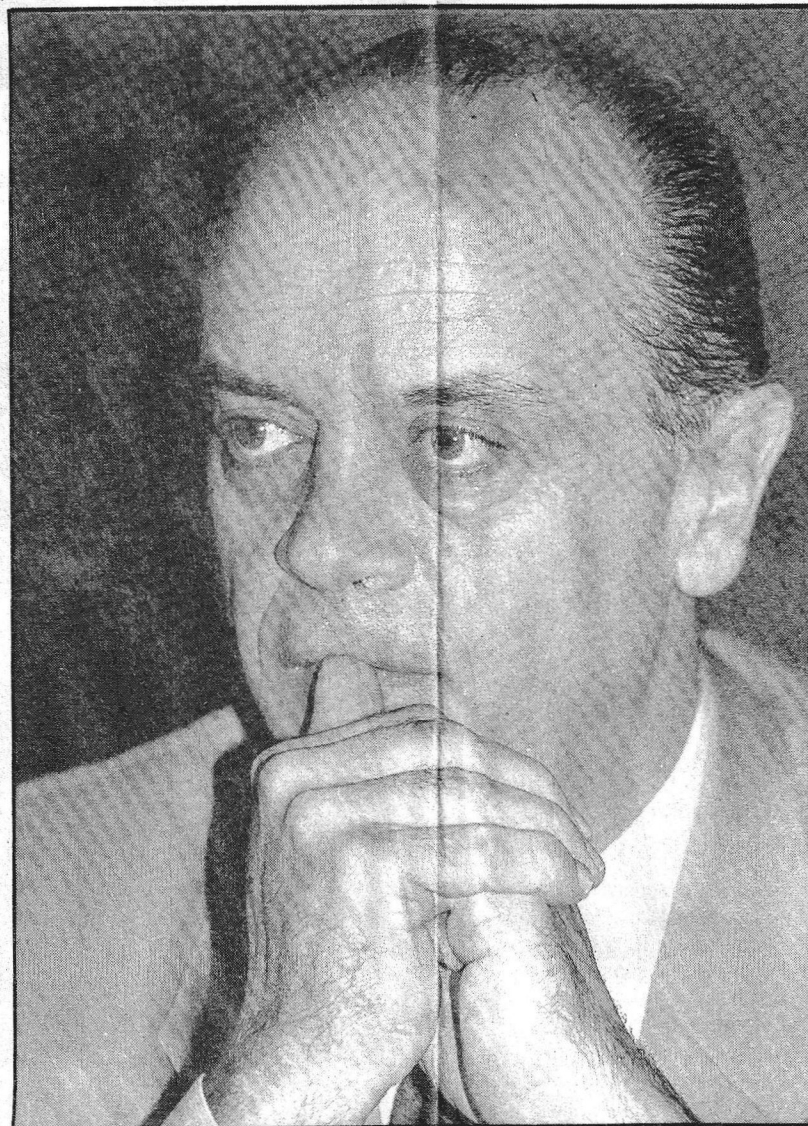
“Estabilidade é a melhor garantia de crescimento sem surpresas desagradáveis”

“O problema do déficit público não é seu volume, mas sua forma de financiamento”

José Serra

medidas que vem sendo tomadas só podem ser entendidas se essa preocupação com as reservas estiver clara. Segundo ele, quanto ao longo e médio prazos, as baterias do Governo estão voltadas para as reformas da Constituição, porque “é desta forma que se conseguirá atrair recursos para o setor público”:

— É preciso buscar os investimentos privados, passo que já foi dado com a lei de concessão de serviços públicos. Dependemos agora da quebra de reservas de mercado e das mudanças nos monopólios estatais.



Cezar Loureiro

José Serra: Governo não quer recessão, mas é preciso esfriar a economia

FGTS

O rombo no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) está em R\$ 20 bilhões, informou o ministro do Planejamento. Se todos os trabalhadores fossem receber hoje o crédito que têm junto ao FGTS, ficaria faltando esse volume de recursos. O dinheiro, disse, foi corroído pela inflação, pela inadimplência de estados e municípios e pelo mau uso dos recursos públicos.

Segundo Serra, entretanto, desde o Governo Itamar Franco está sendo feito um esforço de recuperação do FGTS, no âmbito da Caixa Econômica Federal. Para isso foram abertas linhas de financiamento para habitação e saneamento populares. No primeiro caso, para famílias que recebem até três salários-mínimos; no segundo, obras em áreas urbanas, densas e pobres. A linha de crédito é de R\$ 1,5 bilhões.

Gás

José Serra se mostrou satisfeito com as aprovações das emendas que quebram os monopólios do gás canalizado (votação em primeiro turno) e do petróleo (em comissão especial da Câmara). Ele disse que mudanças na como essas são importantes para o país porque vão atrair investimentos e gerar empregos.

O ministro disse considerar normais manifestações contrárias. Como a do deputado Roberto Campos, que votou contra o projeto do gás: “Ele ficou contra um dispositivo. Isso não é posição coletiva”.

Estado

É nos estados que está a principal fonte do déficit público, disse o ministro. Apesar dos ganhos de receitas obtidas por essa esfera governamental a partir da edição da atual Constituição, em 1988, para o ministro esse é o lado mais difícil de controle das finanças públicas. As afirmações foram feitas quando Serra falava dos responsáveis pela manutenção da estabilidade da economia:

— A responsabilidade é de toda a sociedade, das três esferas do Governo e dos três poderes.

Sepetiba

O Governo entende que será preciso criar uma empresa para administrar o Porto de Sepetiba. Ou seja, que ele não tem por que ser administrado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro, que detém o Porto do Rio. Segundo o ministro José Serra, a viabilização de Sepetiba seria bastante facilitada com essa separação. Questões como essas estão sendo discutidas com o Conselho Coordenador de Ações

Inflação

“Derrubar a superinflação é fácil. O problema é mantê-la no chão”, afirmou Serra, lembrando que, mesmo durante o regime militar — “quando não havia Congresso nem greves e a correção monetária estava começando” — foram necessários cinco anos para baixar as taxas anuais da casa dos 100% para 20%. Portanto, disse, “a luta não pode ficar restrita ao Governo federal”. Para ele, a identificação que o ministro Pedro Malan fez dos coqueiros do Real — aqueles que falam contra a estabilidade e o desenvolvimento — é apropriada.

Privatização

A administração federal está pagando mais de R\$ 15 bilhões em juros da dívida, e o Governo conta com os recursos vindos da privatização para efetivar esse pagamento, disse o ministro do Planejamento. Ou seja, a privatização é importante tanto para atrair investimentos na área privada, acentuou ele, quanto para ajudar a saldar as despesas correntes do Governo:

— A venda das estatais trará recursos para ajudar no estabelecimento de equilíbrio fiscal e para abater a dívida — frisou José Serra.

Federais no Rio de Janeiro, cujo secretário-executivo é o ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães.

Serra disse ainda que está sendo montado pelo Ministério do Planejamento um grupo técnico específico para estudar a questão do porto. Os investimentos públicos em Sepetiba, frisou, precisam ser complementados pela iniciativa privada.